



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Câmara Municipal de Benevides

Pelo presente instrumento a **CÂMARA MUNICIPAL DE BENEVIDES**, inscrita no CNPJ nº 04.203.394/0001-36, com sede na Avenida Joaquim Pereira de Queiroz, s/n, Centro, Benevides/Pa, CEP 687.95-000, neste ato representado pelo Presidente da Câmara, **Sr. JOSÉ PEDRO SOLON DE OLIVEIRA**; denominado **ORDENADOR DE DESPESA**, torna público para ciência dos interessados, por intermédio da Pregoeira **Sra. RÁVLYN TAYANE FERREIRA SAMPAIO**, designado pela PORTARIA Nº 034/2025 – GAB/PRESIDÊNCIA, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO**, sob o **SRP Nº 003/2025**, na forma **ELETRÔNICA**, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa **R DE J DE CARVALHO PEREIRA**, CNPJ Nº 50.741.391/0001-73, sediada na Avenida Zacarias de Assunção, nº 549, Centro, CEP: 670.30-180, Ananindeua/Pa, e-mail: 3rcreality@gmail.com, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, resolução 001/2025- CMB, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto Registros de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, que atenda às necessidades da Câmara Municipal de Benevides., que serão realizadas conforme demanda, conforme Termo de Referência presente no anexo I do edital de Licitação **PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 003/2025**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Ficam registrados os preços definidos na tabela abaixo, e nele estão inclusas todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão-de-obra e quaisquer despesas inerentes ao fornecimento.

Empresa: R DE J DE CARVALHO PEREIRA

CNPJ: 50.741.391/0001-73

Endereço: Avenida Zacarias de Assunção, nº 549, Centro, CEP: 670.30-180, Ananindeua/Pa.

Fone: (91) 98497-4748

E-mail: 3rcreality@gmail.com

ITEM	PRODUTO	MARCA/FABRICANTE	QNT.	UND.	VLR. UNITÁRIO	VLR. TOTAL
01	ACHOCOLATADO EM PÓ 400G.	MARIZA/MARIZA	29	UND.	R\$ 9,50	R\$ 270,75



02	AÇÚCAR CRISTAL TIPO 1, DE 1 KG	CAUAXI/CAUAXI	214	UND.	R\$ 5,40	R\$ 1.154,25
03	ARROZ TIPO 1. EMBALAGEM PLÁSTICA DE 1 KG	NAMORADO/NAMORADO	570	UND.	R\$ 6,90	R\$ 3.933,00
04	AÇAFRÃO. ESPECIFICAÇÃO: AÇAFRÃO EMPÓ DA COR AMARELADA.	KITANO/KITANO	11	UND.	R\$ 22,60	R\$ 257,64
05	ALHO TRITURADO. TEMPERO ARTESANAL B CASEIRO, EMBALAGEM 1 KG	REGIONAL/REGIONAL	11	UND.	R\$ 31,50	R\$ 359,10
06	BOLACHA DOCE TIPO MAISENA 400GR	HILÉIA/HILÉIA	285	UND.	R\$ 7,70	R\$ 2.194,50
07	BOLACHA SALGADA TIPO CREAN CRACKER 400 GR	MARILAN/MARILAN	214	UND.	R\$ 4,60	R\$ 983,25
08	CAFÉ EM PÓ, EMBALAGEM DE 250G	MARATÁ/MARATÁ	285	UND.	R\$ 14,60	R\$ 4.161,00
09	CARNE DE 1º SEM OSSO, ESPECIFICAÇÃO: PARTES DO BOI: ALCATRA, COXÃO MOLE, CONTRAFILÉ, PATINHO EM KG	QUALITY BEEF/QUALITY BEEF	214	UND.	R\$ 32,70	R\$ 6.989,63
10	CARNE DE 2º COM OSSO.ESPECIFICAÇÃO: PÁ, AGULHA, PEITO E PAULISTA. EM KG	QUALITY BEEF/QUALITY BEEF	214	UND.	R\$ 25,20	R\$ 5.386,50
11	CHARQUE BOVINO PONTA DE AGULHA EMBALAGEM COM 30 QUILOS.	KADÃO/KADÃO	86	UND.	R\$ 42,00	R\$ 3.591,00
12	COLORÍFICO PACOTE C/ 250G	MARATÁ/MARATÁ	14	UND.	R\$ 4,50	R\$ 64,13
13	FARINHA DE TRIGO. TIPO 1, 1 KG.	ROSA BRANCA/ROSA BRANCA	71	UND.	R\$ 8,10	R\$ 577,13
14	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ, 100 G.	ROYAL/ROYAL	29	UND.	R\$ 5,10	R\$ 145,35
15	FEIJÃO TIPO 1, 1 KG	DONA DÊ/DONA DÊ	86	UND.	R\$ 8,50	R\$ 726,75
16	FRANGO CONGELADO: INTEIRO, SEMI- PROCESSADO	SUPERFRANGO	428	UND.	R\$ 12,50	R\$ 5.343,75
17	FLOCÃO DE MILH 500G	MARATÁ/MARATÁ	342	UND.	R\$ 2,70	R\$ 923,40
18	FARINHA TIPO 1 REGIONAL A BASE DE MANDIOCA	REGIONAL/REGIONAL	143	UND.	R\$ 7,30	R\$ 1.040,25
19	MISTURA PARA BOLO 450G SABOR VARIADO	DONA BENTA/DONA BENTA	143	UND.	R\$ 8,40	R\$ 1.197,00
20	PÃO FRANCÊS	REGIONAL/REGIONAL	143	KG	R\$ 20,90	R\$ 2.978,25
21	MACARRÃO ESPAGUETE, 500G.	HILÉIA/HILÉIA	285	UND.	R\$ 5,50	R\$ 1.567,50
22	MARGARINA 1KG	PRIMOR/PRIMOR	29	UND.	R\$ 18,00	R\$ 513,00
23	POLPA DE FRUTA CONGELADA SABOR ACEROLA 1 KG	REGIONAL/REGIONAL	143	UND.	R\$ 14,20	R\$ 2.023,50
24	POLPA DE FRUTA CONGELADA SABOR CUPUAÇU 1 KG	REGIONAL/REGIONAL	114	UND.	R\$ 15,00	R\$ 1.710,00
25	POLPA DE FRUTA CONGELADA SABOR GOIABA 1 KG	REGIONAL/REGIONAL	200	UND.	R\$ 12,21	R\$ 2.435,90
26	PIMENTA DO REINO 250G	KITANO/KITANO	14	UND.	R\$ 8,13	R\$ 115,85
27	SAL TIPO 1, 1 KG	BOM DE MESA/BOM DE MESA	29	UND.	R\$ 2,20	R\$ 62,70
28	ÓLEO DE SOJA 900 ML.	SOYA/SOYA	86	UND.	R\$ 9,40	R\$ 803,70
29	REFRIGERANTE COLA 2 LT	COCA-COLA	143	UND.	R\$ 11,20	R\$ 1.596,00
30	REFRIGERANTE LARANJA 2LT	FANTA	143	UND.	R\$ 11,00	R\$ 1.567,50



31	REFRIGERANTE GUARANA 2LT	ANTARTICA	143	UND.	R\$ 9,50	R\$ 1.353,75
32	ÁGUA MINERAL GARRAFÃO 20 LITROS	NOSSA ÁGUA/NOSSA ÁGUA	570	UND.	R\$ 12,40	R\$ 7.068,00

VALOR TOTAL:	R\$ 63.094,03
---------------------	----------------------

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

3.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

3.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021; e

3.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão gerenciador e do fornecedor.

3.2. A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.2.1. O órgão gerenciador poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.2.2. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada no prazo fixado pelo órgão gerenciador, observado o prazo de vigência da ata.

3.3. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

3.4. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.5. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.6. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOS QUANTITATIVOS E LIMITES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Os quantitativos referente as adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo do objeto registrado na ata de registro de preços para do órgão gerenciador.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO DE RESERVA



5.1. A validade bem como quantidade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, vedada a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.

5.5. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.7. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

5.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.8. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.9, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.5, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.9.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



5.9.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.10. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.2. A ata de registro de preços poderá ser objeto de reajuste, repactuação, revisão, supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, de acordo com a Lei 14.133/2021 e suas alterações.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o órgão gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.



7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. não assinar o contrato ou retirar instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

8.1.4. Sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.



8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo órgão gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

9. CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital de licitação.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Benevides, 24 de julho de 2025.



CÂMARA MUNICIPAL DE BENEVIDES
CNPJ Nº 04.203.394/0001-36
JOSÉ PEDRO SOLON DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara Municipal de Benevides
CONTRATANTE

R DE J DE CARVALHO PEREIRA
CNPJ Nº 50.741.391/0001-73
RAIMUNDO DE JESUS DE CARVALHO PEREIRA
CPF Nº 652.847.122-34
Representante Legal